

A GEOGRAFIA ENQUANTO VEÍCULO DE LEGITIMAÇÃO DAS IDEOLOGIAS GEOGRÁFICAS: UMA ANÁLISE DA CATEGORIA REGIÃO NOS LIVROS DIDÁTICOS DE AROLDO DE AZEVEDO

Deborah Cristina Alves ¹
Rita de Cássia Martins de Souza ²
Rosimeire Petrucci ³

RESUMO

A discussão acerca do papel desempenhado pela Geografia escolar na conformação da consciência social e da visão espacial do brasileiro constitui-se como propósito basilar deste trabalho. Essa discussão tem em perspectiva o contexto de avanço do modo de produção capitalista no País e será realizada a partir do análise do arcabouço teórico-conceitual que fundamentou a definição da categoria *Região* presente nos livros didáticos *Geografia Humana do Brasil* elaborados pelo geógrafo Aroldo de Azevedo no contexto da Reforma Curricular Simões Filho de 1951. Constitui-se como linha mestra deste texto o exame dos discursos geográficos selecionados e difundidos através do aparelho escolar enquanto cabedal ideológico da legitimação da nacionalidade brasileira e dos projetos nacionais desenvolvidos no Brasil à época.

Palavras-chave: Discurso Geográfico; Região; Livro Didático; Aroldo De Azevedo.

ABSTRACT

The basic purpose of this paper is to discuss the role played by school geography in shaping the social consciousness and spatial vision of Brazilians. This discussion takes into account the context of the advance of the capitalist mode of production in the country and will be based on an analysis of the theoretical-conceptual framework that underpinned the definition of the category *Region* in the textbooks *Geografia Humana do Brasil (Human Geography of Brazil)* written by the geographer Aroldo de Azevedo in the context of the Simões Filho Curriculum Reform of 1951. The main thrust of this text is to examine the geographical discourses selected and disseminated through the school apparatus as an ideological tool for legitimizing Brazilian nationality and the national projects developed in Brazil at the time.

Keywords: Geographical Discourse; Region; Textbook; Aroldo De Azevedo.

¹ Mestranda do Curso de Geografia da Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, d234230@dac.unicamp.br;

² Pós-Doutora do Curso de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia - UFU, ritacmsou@gmail.com;

³ Doutoranda do Curso de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia - UFU, meirepetrucci@gmail.com;

INTRODUÇÃO

A gênese das teorias modernas da Geografia remonta ao contexto de afirmação dos Estados nacionais modernos. Moraes (2002) aponta que a operacionalização enquanto veículo ideológico que respaldasse a articulação simbólica de novos nexos coesivos legitimadores da forma de dominação política, em uma conjuntura de superação da fragmentação feudal e da ordem dinástica, consistiu como propósito basilar dessa ciência. A Geografia servindo enquanto canal de legitimação das nacionalidades e dos respectivos projetos nacionais. Uma breve alusão aos clássicos demonstra essa máxima. Temos, desse modo: Humboldt e Ritter, que animados pelo êxito da Revolução Francesa, despenderam esforços no projeto de unificação alemã; Ratzel atuando como ideólogo do Estado bismarckiano; Vidal de La Blache defendendo a unidade cultural e natural da França de Leste (MORAES, 1991).

Em países de capitalismo atrasado e principalmente de capitalismo hipertardio ou retardatário (como é o caso brasileiro) a determinação externa do desenvolvimento econômico exacerba o caráter de “área de expansão” territorial. A perda de espontaneidade no ordenamento do território nacional (produto do caráter tardio) culmina na exacerbação do apetite territorial do Estado criando um campo propício para a disseminação dos mitos espaciais.

Nesses países as ideologias geográficas assumem importância central haja vista que “as classes dominantes forjam sua identidade tendo a concepção de conquista territorial como um de seus componentes fortes de solidariedade” (MORAES, 2005, p.94). O nacional assume profusa conotação cartográfica, o Brasil entendido como uma dada porção do espaço. Operando enquanto substância das representações coletivas acerca dos lugares as ideologias geográficas atuam tanto no engendramento das concepções que regem as políticas territoriais dos Estados, quanto na autoconsciência que os distintos grupos sociais constroem acerca de seu espaço e da sua relação com ele (MORAES, 2005).

Tendo em vista que “a geografia é, de início, um saber estratégico estreitamente ligado a um conjunto de práticas políticas e militares” (LACOSTE, 2005, p.9), temos que enquanto disciplina escolar ela assume papel de transmissora do núcleo de informações sobre o país e o mundo, atuando na conformação da consciência social e visão espacial dos indivíduos. Cabe aos professores de Geografia, portanto, “pedagogizar” a óptica da identidade pela localização espacial, vulgarizando a perspectiva intraestatal (LACOSTE, 2005).

Posto isto, o propósito deste trabalho é elaborar uma breve discussão sobre o papel desempenhado pela Geografia escolar brasileira na conformação da consciência social e da visão espacial do brasileiro. Trataremos dessa discussão tendo em perspectiva o contexto de avanço do modo de produção capitalista no País durante a década de 1950. Essa discussão será realizada a partir do exame do arcabouço teórico-conceitual que fundamentou a definição da categoria *Região* presente nos livros didáticos *Geografia Humana do Brasil* (1950) elaborados pelo geógrafo Aroldo de Azevedo no contexto da Reforma Curricular Simões Filho de 1951. A elaboração deste trabalho se justifica pelo exame dos discursos geográficos selecionados e difundidos através do aparelho escolar enquanto cabedal ideológico da legitimação da nacionalidade brasileira e dos projetos nacionais desenvolvidos no Brasil à época.

Linha mestra da elaboração desta discussão, a análise marxista do Estado orientará o exame dos elementos intrínsecos à articulação dos projetos ideológicos veiculados no período, trazendo o caráter geográfico como enfoque da reflexão. Esse conhecimento é primordial para a construção de um conhecimento acerca da constituição do capitalismo industrial no Brasil e do Estado capitalista brasileiro, evidenciando os agentes e relações determinantes na conformação de um modelo interpretativo do nacional.

Em termos metodológicos o desenvolvimento dessa reflexão reclama, antes de tudo, o apontamento, ainda que sucinto, daqueles que se constituem como principais aspectos conjunturais relativos ao recorte histórico em perspectiva. Em um segundo momento, a partir das análises feitas nos livros didáticos *Geografia Humana do Brasil* publicados por Aroldo de Azevedo, o percurso metodológico deverá se debruçar sobre os conceitos teórico-metodológicos absorvidos e utilizados pelo autor a respeito da categoria *Região*. Para isso, pretende-se elencar as temáticas centrais que permearam o Programa de Geografia no curso colegial (atual ensino médio) identificando como a *Região* era percebida e concebida pelo autor a partir de suas visões de mundo, amplamente influenciada pelos aspectos teórico-metodológicos postulados pela geografia francesa.

Uma breve discussão acerca do papel da escola frente ao avanço do capitalismo industrial no Brasil

O advento da Segunda Guerra Mundial promoveu o estabelecimento de uma nova ordem global. Uma miríade de transformações de ordem social, econômica, política e

tecnológica – capazes de reconfigurar as feições dos mais diversos territórios – marcou o contexto do pós-guerra. No que concerne ao caso nacional, a confluência de elementos externos e internos suscitou um intenso rearranjo da ordem pretérita, culminando na promoção de aspectos e circunstâncias que viabilizaram a consolidação do capitalismo industrial e do Estado capitalista brasileiro. Processo amplamente orientado pela ação estatal.

No escopo desse projeto, a inscrição do País na Modernidade – entendendo modernização como reorganização, ocupação e instrumentalização territorial (PENHA, 1993) – foi aspecto capital. A intelectualidade da época compreendia “modernizar” como: “[...] reorganizar e ocupar o território, dotá-lo de novos equipamentos e sistemas de engenharia, conectar suas partes com as estradas e sistemas de comunicação. Enfim, modernização implicava no caso brasileiro necessariamente valorização do espaço” (MORAES, 2005, Pp.96-97).

Os esforços despendidos nessa empreitada foram responsáveis pela complexação do território, promovendo uma intensa tecnificação e urbanização do espaço nacional. Em termos gerais, aponta-se que no decorrer dos anos 40 e 50 a economia, outrora baseada nas atividades rurais, moderniza-se, projetando-se para um cenário urbano-industrial.

O contexto de avanço do Capitalismo industrial no País contribuiu para assentar as bases de uma ideologia educacional e a reorganização do sistema de ensino no Brasil (PIZZATO, 2001). Enquanto perdurou a economia exportadora agrícola a escola fora entendida como um espaço direcionado às elites e, portanto, privilégio de um seleto número de indivíduos. Promotora de uma educação baseada fundamentalmente no ensino propedêutico e sem função social a cumprir, a escola atuava como agente de educação para o ócio ou preparação para carreiras liberais. A necessidade de um sistema de instrução não era tema dos debates da época. No entanto, a conjuntura implantada na década de 30 modificou profundamente o quadro de aspirações sociais, em matéria de educação, e, conseqüentemente, da própria ação estatal (ROMANELLI, 2010).

Ocorre que o capitalismo, notadamente o capitalismo industrial, engendra – seja pelas exigências próprias da produção, seja pelas necessidades do consumo acarretadas por essa produção – a necessidade de promoção do conhecimento a camadas cada vez mais numerosas. Constitui-se como condição para a manutenção do Capitalismo a ampliação de sua área de atuação, daí a necessidade de que as populações possuam condições mínimas de concorrer no mercado de trabalho e de consumir. Desse modo, “onde, pois, se desenvolvem relações

capitalistas, nasce a necessidade da leitura e da escrita, como pré-requisito de uma melhor condição para concorrência no mercado de trabalho” (ROMANELLI, 2010, p.56).

A inserção do País em uma nova dinâmica do capital colocava como premissa a articulação de condições ideais para o avanço do capitalismo. A renovação curricular, tendo em perspectiva o atendimento dos interesses dos novos grupos de poder, inscreve-se, portanto, como prática executada pela ação estatal nesse sentido.

Múltiplas relações de poder tangenciam a elaboração de um currículo escolar. Na medida em que um currículo orienta o tipo de conhecimento a ser lecionado – através da seleção de conteúdos específicos considerados relevantes –, ele visa a formação de um tipo humano ideal (relacionando-se sobremaneira à identidade). Nesse processo estão imbricadas relações de poder.

O Colégio Dom Pedro II (CPII), até a década de 1930, tinha a prerrogativa de construir seus programas curriculares, servindo de modelo para outras instituições de ensino. A criação do Ministério da Educação e Saúde Pública (1930) transfere essa atribuição para a responsabilidade do Estado. Com o reavivamento das discussões em torno do temário curricular ao longo da década de 1950 fica evidente o descontentamento dos professores do CPII frente à perda de espaço. Diante desse contexto, o ministro da educação Ernesto Simões Filho, por meio da portaria ministerial nº 614 de 10 de maio de 1951, convida os professores catedráticos do CPII a contribuírem no planejamento do currículo escolar a ser implementado (DE CAMPOS, 2000). A referida portaria estabeleceu que:

[...] os programas de ensino fossem elaborados pelo CPII e expedidos pelo Ministério da Educação e Saúde. Destinados a todos interessados no sistema ensino secundário, como o próprio CPII e, aos demais colégios no Brasil, bem como aos administradores do sistema, editoras e autores de livros didáticos, tal portaria reafirmava a posição do Ministério da Educação como o órgão legítimo para expedição dos programas de ensino, explicitava que o CPII deveria submeter-se às orientações do Ministério, porém reconhecia a competência daquela instituição de ensino e o fato de ser um colégio padrão (RIBEIRO JÚNIOR; MARTINS, 2019, p. 08).

A reforma Curricular Simões Filho entrou em vigor em 14 de dezembro de 1951, substituindo a Reforma Capanema de 1942, e foi responsável por promover a adequação das bases do ensino em todo o Brasil em conformidade com as demandas impostas pelo avanço do capitalismo no País.

Para a realização deste trabalho importa o componente curricular Geografia. A incorporação formal da disciplina de Geografia à escola no Brasil remonta à fundação do Colégio Pedro II (1837). Tendo como modelo os liceus franceses, onde a Geografia figurava

como componente do programa curricular, o CPII incorpora essa disciplina em seu quadro de matérias. Nesse contexto, “os livros de Geografia entre o final do século XIX e começo do XX, eram copiados integralmente, seguindo o modelo francês e somente depois foram adaptados, introduzindo dados sobre o Brasil” (BISPO, 2021, p.49). O distanciamento da realidade, caráter acrítico e mnemônico são aspectos que ilustram o ensino da Geografia no Brasil à época.

A produção e discussão geográfica no Brasil fora, até a institucionalização da Geografia como disciplina acadêmica e como ciência, realizada pelos professores do ensino secundário. Foi através da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, na Universidade de São Paulo – USP (1934), Universidade do Brasil (atual Universidade Federal do Rio de Janeiro) (1920) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (1936) que a Geografia no Brasil ganha nível superior.

O quadro docente dos cursos de Geografia no Brasil, importa ressaltar para objetivos deste trabalho, foi constituído por professores com influência da escola lablachiana. Lira (2017) resalta a presença de geógrafos franceses no Brasil como Francis Ruellan, Pierre Deffontaines, Philippe Arbos, Pierre Monbeig desde 1934. Foi esse o contexto da formação de Aroldo Edgard de Azevedo.

A ascensão dos livros didáticos: o ensino de geografia postulado por Aroldo de Azevedo

O período entre 1930 e 1950 foi de grande importância para o desenvolvimento da educação no Brasil e, por consequência, para a evolução dos livros didáticos de Geografia. Vários fatores contribuíram para essas mudanças, incluindo a influência da Escola Nova, a expansão do ensino no país e as reformas educacionais que se sucederam desses processos.

Muitas foram as transformações que burilavam nesse momento em decorrência da necessidade de dotar o país de um espírito progressista que fosse capaz de guiar a nação nos trilhos da modernidade, tão desejada e aclamada pelas classes dominantes da época. Nesse sentido, alguns esforços foram empreendidos a partir do desenvolvimento de livros didáticos que começavam a ganhar novos contornos e significados.

A Geografia, enquanto ciência clássica capaz de demonstrar os aspectos físico-naturais e humanos do espaço, adquiriu novas especificidades na elaboração desses livros didáticos. Consta desse período o surgimento dos Atlas Escolares que desempenharam um papel importante na modernização do ensino de Geografia. O destaque dado ao “Atlas Geográfico Melhoramentos”, organizado pelo padre Geraldo José Pauwels, demonstra a importância

dessas ferramentas na disseminação do conhecimento geográfico. Os atlas ofereciam mapas, ilustrações e informações que complementavam os livros didáticos, tornando o ensino da Geografia mais visual e prático. No entanto, a produção de atlas escolares era mais onerosa do que a produção dos livros didáticos, devido à necessidade de materiais e processos específicos. Isso acabava por dificultar a aquisição desses recursos por escolas e estudantes. Todavia, os investimentos na elaboração desses materiais de ensino deram a Geografia um novo direcionamento a partir das perspectivas impostas pelo projeto nacional em curso no momento.

No geral, esse período testemunhou um interesse crescente pela modernização do ensino de Geografia no Brasil, com um foco maior na experiência do aluno e na utilização de recursos visuais para enriquecer a aprendizagem. A expansão do ensino e as reformas educacionais ajudaram a impulsionar a produção de livros didáticos e outros materiais educacionais, tornando o conhecimento geográfico mais acessível a um número maior de estudantes em todo o país.

Até o XVIII Congresso Internacional de Geografia (Rio de Janeiro – 1956), a Geografia foi dominada pelo pensamento da escola regional francesa. Imitando o país, realizava-se aqui uma Geografia dependente, colonizada, sendo a França a metrópole; essa proximidade com os franceses, não era somente da Geografia pois também ocorria nas outras ciências e na própria vida cultural. Além disso, como normalmente aconteceu na história da educação brasileira, o grupo hegemônico do poder econômico e político continuou definindo, em grande parte, que conhecimento deveria ser dado a conhecer e quais as relações entre as áreas de conhecimento que seriam divididas em grupo. Diante dessa perspectiva, tem-se que:

A Geografia dominante continuava realizando um discurso aparentemente neutro, técnico, mnemônico onde estava ausente o discurso de caráter mais crítico. Os livros didáticos omitiam a existência de diferentes classes sociais e a ação do capital, assumindo o discurso do Estado, onde estava embutida a ideia de que ele era o construtor da realidade nacional (DE CAMPOS, 2000, P.54).

Nesses meandros pelos quais a Geografia brasileira caminhou desde sua institucionalização no país na década de 1930, destaca-se o papel de Aroldo Edgard de Azevedo (1910-1974) na elaboração de livros didáticos de Geografia a partir da década de 1940. Preferidos do magistério nacional e adotados na maioria das escolas da época, os livros produzidos por Aroldo de Azevedo influenciaram a formação de inúmeras turmas dos antigos

ginasial e colegial. Dada sua grande importância formativa, a compreensão da geografia escolar e universitária brasileira, entre os anos de 1950 e 1970, reclama a análise de sua obra.

Aroldo de Azevedo: Vida E Obra

Aroldo Edgard de Azevedo nasceu em 03 de março de 1910 na cidade de Lorena (SP). Descendia, do lado paterno, de coronéis e políticos conservadores atuantes durante o Império e de grande ascendência no vale do Paraíba paulista. Seu pai, Arnolfo de Azevedo era um fazendeiro que se formou em Direito, destacado político no município de Lorena, atuou como deputado estadual e senador, integrante do bloco sustentador da política do café com leite, até ser afastado pela Revolução de 1930. Sua mãe (filha do urbanista Ignácio Cochrane) vinha de uma velha, influente e monarquista família paulista (DE CAMPOS, 2000).

Licenciou-se em Geografia em 1939 pela recém-criada FFCL e no ano seguinte passou a compor o quadro docente da Faculdade. Em sua trajetória profissional, enquanto docente, atuou na Faculdade de Ciências Econômicas de São Paulo, (*Sedes Sapientiae*); nas Faculdades Campineiras — atual PUC/CAMP na categoria de professor assistente; e na USP (onde foi fundador do Instituto de Geografia e seu diretor, de 1963 a 1967). Sócio-fundador da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) também encabeçou a criação do Boletim Paulista de Geografia (CAMPOS, 2000).

A trajetória profissional de Aroldo de Azevedo, conforme Conti (1976), é expressa por sua atuação como docente e pesquisador, mas também pela autoria de livros didáticos que marcaram muitas gerações. Entre 1934 e 1974, publicou 30 livros didáticos de Geografia, sendo 23 para o antigo ginasial, 05 para o colegial, 01 para o primário e 01 para o curso de admissão ao ginásio. Sua primeira obra, intitulada “*Geographia*”, era voltada para a primeira série ginasial e fora publicada antes mesmo de se licenciar em geografia. Editada pela Companhia Editora Nacional, com uma tiragem de 10.000 exemplares, o volume destaca-se pela exatidão do conteúdo, zelo para com a seleção das ilustrações e adequação em relação ao programa vigente. Atributos que garantiram a imediata aceitação do livro.

Na década de 1960/70 os livros didáticos produzidos por Azevedo chegaram a atingir a tiragem de mais de 130.000 exemplares anuais. Seus compêndios, adotados por todas as regiões do País, durante mais de 30 anos monopolizaram praticamente todo o setor didático. O êxito de seu trabalho pode ser ilustrado através dos doze milhões de exemplares de livros didáticos vendidos entre 1936 e 1975, soma que demonstra a posição de absoluta primazia

que o geógrafo assumiu nesse importante setor (CONTI, 1976).

O rigorismo científico é aspecto insigne em Aroldo de Azevedo. Os compêndios do geógrafo, conforme aponta Campos (2000), voltam-se para o objetivo tradicional de geografia. Apresentam riqueza de dados concernentes à localização, enumeração e descrição de aspectos típicos das regiões. Assumindo, por vezes, caráter catalográfico, os livros de Azevedo são, deveras, compostos por citações de dados principalmente no que concerne a temários sócio-demográficos-econômicos. Responsáveis por renovarem os padrões gráficos da época, os livros didáticos produzidos pelo geógrafo possuem boa apresentação, são atualizados e bastante ilustrados, detendo uma correta utilização de terminologias e predomínio da concepção da geografia dos professores.

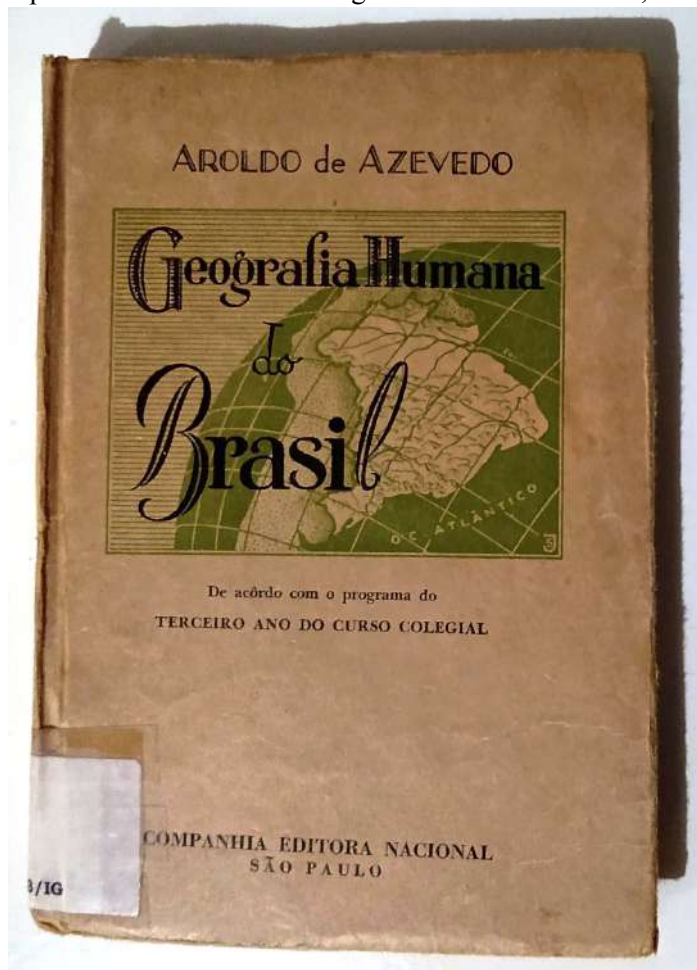
Importa-nos para fins desta análise a categoria “*Região*” presente na obra *Geografia Humana do Brasil*, destinada aos estudantes do terceiro ano do curso colegial. Composto por quatro grandes capítulos I. Introdução – O Brasil e sua situação geográfica; II. As Bases Físicas – O clima e a vegetação. O relêvo, as costas e as águas continentais; III. Os Fatores Humanos – O povoamento e a conquista do território. A população: crescimento, movimentos e repartição. Os tipos étnicos predominantes. As minorias étnicas. As cidades brasileiras; IV Os fatores econômicos – A vida agrícola, A industrialização e seus problemas. Os transportes. O Brasil e o Mundo.

A formação geográfica de matriz francesa e possibilista do autor fora determinante na definição da forma como pesquisou e ensinou geografia. Essa influência está impressa na compreensão do geógrafo acerca da Geografia, entendendo-a como ciência da Terra e do Homem. Essa apreensão é notória já na organização dos capítulos de *Geografia Humana do Brasil*. Não há no livro didático seção específica dedicada à discussão acerca das distintas regiões do país ou da categoria em si. Região aparece como recorte que subjaz a análise dos temas abordados nos capítulos da obra, possibilitando a comparação dos distintos temários tratados no decorrer do livro didático.

A relação Homem-Meio norteia a organização de *Geografia Humana do Brasil*. Diante dessa perspectiva, os capítulos iniciais dão enfoque para os aspectos da geografia física, esse construto subjaz a discussão daquilo que ele denomina *fatores humanos*. Trata-se de compreender a natureza como palco das ações humanas, marca da orientação lablachiana (VITTE, 2015). Enquanto substrato do desenvolvimento das relações antrópicas a variedade físico-natural influi, conforme Azevedo (1953), na ação do homem sobre o meio,

determinando: distintas formas de povoar o País, ocupação das terras e produção das atividades econômicas. Acepção consoante com a noção lablachiana de *Gênero de Vida*.

Figura 1: Capa do livro didático: A Geografia Humana do Brasil, datado de 1953



Fonte: Autores, 2023.

Dentro desse escopo a análise desenvolvida pelo geógrafo parte da tríade: (1) descrição dos aspectos físico-naturais que caracterizam a paisagem nacional, (2) tratamento dos aspectos concernentes aos fatores humanos (englobando questões populacionais, migratórias, étnicas e aspectos citadinos) e (3) fatores econômicos (englobando economia agrícola, industrialização e suas problemáticas, transportes e comércio externo). Sendo que ao final de cada capítulo é apresentado um item complementar, denominado *Leituras*, pormenorizando alguns aspectos da discussão. É também apresentado o referencial bibliográfico cuja denominação é *Obras a Consultar*.

O postulado da unidade terrestre ou da unidade funcional terrestre é arcabouço da sistematização e organização dos temários selecionados e trabalhados por Aroldo de Azevedo

em sua obra, como pode ser observado através da disposição dos capítulos. Amplamente trabalhado por Vidal de La Blache a ideia de unidade terrestre compreende haver um todo ordenado, o organismo terrestre como unidade puramente matemática. Esse postulado também existe na Geografia através do “Princípio de Conexão”, isto é, a ideia do “todo terrestre” e da unidade no sistema geográfico desenvolvido por Brunhes – postulando que os fatos da realidade geográfica estão intrinsecamente relacionados o que reclama o estudo em suas múltiplas conexões (BRAY, 1977).

Azevedo demonstra atitude ufanista ao tratar dos aspectos físico-naturais que caracterizam as distintas porções do território nacional. Exalta a riqueza da variedade ambiental e seus contrastes, creditando esse aspecto à dimensão continental do País. Trata-se de uma concepção comum à época de interpretação cartográfica do país, entendimento do Brasil enquanto uma dada porção espacial. Leitura consoante ao pensamento das classes dominantes.

Inicia sua obra ressaltando “a enorme extensão do nosso país”. Cita dados articulados por Pierre Deffontaines que “[...] com felicidade, definiu o Brasil como sendo uma Nação-gigante, um verdadeiro 'continente’” (AZEVEDO, 1953, p.15). Esse enaltecimento do caráter espacial é, pelo autor, exacerbado dado que, segundo ele, toda a extensão do território é habitável, sendo passível de ser povoada. O Brasil é entendido como uma dada porção do espaço e sua população é posta como instrumento do movimento povoador (que deve ser capitaneado pelas elites alocadas no aparelho estatal). A discussão proposta pelo autor traduz o pensamento, amplamente difundido à época, de colocar como projeto nacional a conclusão da formação territorial (MORAES, 1991).

A questão territorial também é analisada sob uma perspectiva geopolítica. Aroldo de Azevedo sinaliza que a dimensão continental do território nacional deve ser observada com zelo, haja vista estar suscetível a políticas expansionistas ou imperialistas advindas da cobiça de povos militarmente mais fortes. Essa periculosidade que o território nacional supostamente estaria sujeito, demonstra a necessidade de sua plena ocupação.

Além de ser bonificado pela extensão territorial, o povo brasileiro tem a sorte, conforme aponta o geógrafo, de dispor de uma série de vantagens no campo da geografia física. Aroldo (1953, p.16) discorre, dessa maneira, que “[...] não conhecemos os calores de abrasar, nem os frios congelantes; não possuímos desertos, nem recebemos chuvas prolongadas e excessivas, que se tornam catastróficas; não temos vulcões em atividade, nem sofremos as conseqüências dos tremores de terra tectônicos. Ambos os aspectos, extensão

territorial e as denominadas vantagens da geografia física, são exaltados e a discussão dos temários assume um caráter de enaltecimento patriótico.

Esboçado os aspectos relativos ao quadro físico-natural brasileiro, palco onde as relações sociais se arquetam, o autor parte para a discussão dos fatores humanos. Reafirmando a máxima de conclusão da formação territorial enquanto projeto nacional o capítulo concernente aos fatores humanos denomina-se “*O Povoamento e a Conquista do Território*”. Seguindo a estrutura narrativa de organização das ideias, o capítulo inicia-se com a descrição histórica da colonização e povoamento do Brasil. Salienta-se o enfoque dado pelo autor à explicação acerca da conquista de determinadas porções do território como: Vale do São Francisco e do sertão do Nordeste, Planalto centro-meridional, Amazônia. Define também a denominada *colonização moderna e o pioneirismo* realizada através de colonos estrangeiros que se fixaram nas zonas rurais.

A partir desse escopo são trabalhadas questões de cunho demográfico. Uma rica gama de gráficos e tabelas ilustram os dados apresentados, trata-se de uma redação vazia de discussões concernentes às problemáticas tocantes ao tema, verificando-se uma instrução de caráter acrítico e mnemônico.

Segue-se à demonstração quantitativa da população brasileira seus aspectos qualitativos. No que diz respeito a formação do povo brasileiro (processo ainda em construção conforme Azevedo) salienta que o Brasil é majoritariamente constituído por descendentes de brancos europeus (oriundos de Portugal, Itália, Espanha, Alemanha, Polônia e Ucrânia), embora convivam com outras etnias como povos nativos e aqueles originários do continente africano e asiático. A descrição sumária apresentada através de unidades tópicas estabelece a metodologia de apresentação dos temários. São abordados os seguintes temas: o elemento branco na população brasileira; a população branca de origem europeia; o elemento português no Brasil; a população branca de origem asiática; a mestiçagem; os tipos mestiços. Na seção seguinte são tratadas as denominadas “minorias étnicas”, trabalhadas através dos tópicos: o elemento negro na população brasileira; o indígena brasileiro; os povos amarelos no Brasil. Destaca-se a riqueza de gráficos, mapas e imagens utilizados enquanto material elucidativo.

Figura 2: Feição do capítulo “Os fatores humanos” do livro didático: A Geografia Humana do Brasil



Fonte: Autores, 2023.

A preocupação do autor para com o tipo humano a ser constituído na jovem nação é aspecto patente. Ressalta, desse modo, uma certa preponderância branca na constituição da sociedade brasileira, legitimando a civilidade do povo brasileiro. A preocupação para com a ideia de graus de civilização remonta à análise da espacialização das sociedades tendo o conceito lablachiano de *Gêneros de Vida* como embasamento. Entendendo que foi através da relação com o meio estabelecida, historicamente, que os grupos humanos se constituíram como gêneros de vida diferenciados no transcorrer do tempo, articulando uma herança em que cada grupo superou obstáculos e exigências específicas (VITTE, 2015).

Tem-se que cada gênero de vida detém uma especificidade “[...] que relaciona as características do meio às técnicas utilizadas nos transportes, na construção de casas, na alimentação, no vestuário etc. Nesse sentido, La Blache busca compreender como os gêneros de vida se articulam num todo, que constitui a civilização em suas várias etapas” (VITTE, 2015, p.76). Diante dessa perspectiva, o geógrafo coloca que:

[...] apesar de sua marcante tropicalidade, o nosso país apresenta um característico próprio, que o coloca numa posição ímpar entre as demais regiões tropicais: a sua *população*, constituída por mais de 25 milhões de indivíduos de côr branca, descendentes de europeus e integrados na civilização ocidental. Se soubermos

utilizar de maneira racional os recursos fornecidos pela ciência e pela técnica, conseguiremos vencer as dificuldades criadas pelo clima, forjando nesta porção da América tropical uma verdadeira civilização, com característicos inteiramente originais (DE AZEVEDO, 1953, p. 20).

Tendo em vista o entendimento de que as condições da Europa Ocidental teriam ofertado condições para um desenvolvimento quase contínuo (diferentemente da África e Ásia, por exemplo) o progresso e a evolução iria advir desses povos. Os estigmas pejorativos, deterministas e generalizantes na obra de Azevedo (1953) podem ser observados quando o autor descreve o elemento negro na população brasileira e o indígena brasileiro (conforme conceitualização utilizada pelo geógrafo). O primeiro “[...] caracteriza-se por ser pouco expansivo, por seu temperamento pacífico e propício à submissão, pela tendência à superstição (de que os ritos da “macumba” são bem o símbolo). Por seu turno, o indígena:

Quando vive em plena natureza, longe do contato com os civilizados, o brasilíndio é forte e de compleição atlética. Os que aparecem nas cidades trazem, quase sempre, dois estigmas de nossa civilização: o vício da embriaguez e a sífilis [...] sua inteligência é normal e seus passatempos favoritos são festas e as danças (DE AZEVEDO, 1953, p.130).

Traçados os aspectos populacionais, Azevedo parte para a apresentação do meio urbano nacional. Seguindo uma perspectiva narrativa apresenta a origem (desde os tempos coloniais) e evolução das cidades brasileiras, são os aspectos econômicos aqueles apontados como norteadores desse processo. Utilizando-se de uma abundante variedade de gráficos, tabelas, mapas e fotografias disserta sobre as maiores cidades do País (considera população e área urbana nessa análise), as metrópoles nacionais e regionais, planejamento urbano, vocação das distintas cidades conforme seus atributos naturais ou antrópicos.

A partir do binômio “*Bases Físicas*” e “*Fatores Humanos*” é estruturado o esteio que fundamenta o desenvolvimento do último elemento da tríade – (1) meio físico-natural, (2) aspectos humanos, (3) aspectos econômicos – trabalhada por Aroldo de Azevedo em *Geografia Humana do Brasil*, esse componente é trabalhado no capítulo intitulado “*Os fatores econômicos*”.

Esse capítulo foi dividido nos eixos temáticos: a vida agrícola; a industrialização e seus problemas; os transportes; o Brasil e o mundo. É notório, nesse capítulo, a orientação seguida pelo geógrafo pautada na relação Homem-Meio em que a natureza é compreendida enquanto palco das ações humanas.

Figura 3: Feição do capítulo “Os fatores econômicos” do livro didático: A Geografia Humana do Brasil



Fonte: Autores, 2023.

Ao tratar dos aspectos agrícolas, Aroldo de Azevedo, como de praxe, inicia sua explanação discorrendo acerca do processo histórico do desenvolvimento das principais culturas cultivadas no Brasil, desde tempos coloniais, demonstrando uma tradição econômica pautada na agricultura que é exemplificada pelos ciclos econômicos vivenciados pelo país. No escopo dessa discussão, ressalta-se a influência de fatores físico-naturais (climáticos e edáficos). A acentuada tropicalidade ofereceria, conforme o autor, excelentes condições para as denominadas culturas tropicais. O que seria verificado pela própria história econômica

brasileira. A produção de culturas temperadas também é apontada como uma realidade nacional dado o clima subtropical do sul do País.

No que concerne às características edáficas, isto é, referentes ao solo, Azevedo demonstra pessimismo. Alude às carências nutricionais do solo, bem como ao desconhecimento mais abrangente acerca dos aspectos pedológicos do território brasileiro. Sinaliza o Instituto Agrônomo de Campinas como um dos poucos empreendimentos de pesquisa nesse particular. As culturas extensivas e áreas incultas constituem-se, conforme o geógrafo, como as maiores responsáveis por esse quadro. Tendo em perspectiva esse panorama o autor empreende-se na explicação dos aspectos essenciais que caracterizam os solos brasileiros. Soma-se às contrariedades edáficas o problema da mão de obra (que se traduz pela escassez da população nas zonas rurais, êxodo rural, não fixação de trabalhadores agrícolas) e das técnicas rudimentares de cultivo e produção.

A apresentação da indústria brasileira segue o mesmo processo metodológico utilizado na exposição da agricultura nacional. Com rica variedade de mapas e gráficos, o autor descreve o desenvolvimento da indústria no País, evidenciando os setores mais preponderantes. No tocante à marcha para a industrialização, Aroldo aponta os ciclos: extração do pau-brasil, indústria açucareira, mineração, extração de borracha e pequenas indústrias. Os exemplos ilustrados demonstram uma cultura industrial rudimentar e pautada na ostensiva exploração de bens físico-naturais. Sinaliza o advento da Primeira Guerra Mundial como força motriz para o processo industrializante do século XIX, colocando a produção de alimentos e fabricação têxtil como principais ramos industriais brasileiros.

As considerações que tece acerca das problemáticas enfrentadas no âmbito industrial concernem aos combustíveis, ausência de uma mão de obra especializada, falta de capitais, insuficiência das vias e meios de transporte e alto custo do maquinário adquirido no exterior. Mais uma vez torna-se explícito o aporte da Natureza como substrato das relações humanas.

Os transportes são tratados de forma descritiva e desvinculados de uma discussão crítica que considere qualquer tipo problemática. Partindo do período colonial, discorre-se sobre as vias, relacionando-as aos ciclos econômicos vivenciados pelo País. Um conjunto de gráficos representando a expansão do sistema de transporte é mobilizado para fins de ilustração da discussão. Há seções apresentando: as estradas velhas, vias-férreas, rodovias, navegação e aviação. Todas tratadas de forma descritiva, acrítica e mnemônica.

Em conclusão é tratada a questão do Brasil em uma perspectiva mundial. Pertencente ao Mundo Americano, o Brasil, conforme Azevedo, desenvolve uma relação fraterna e

amigável em relação a seus vizinhos. Dentro desse escopo é tratado fundamentalmente as trocas comerciais desenvolvidas internacionalmente com foco para com o intercâmbio estabelecido com os países sul americanos e europeus.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O discurso geográfico, desde sua gênese, foi utilizado como veículo de legitimação das nacionalidades e de projetos nacionais, relacionando-se sobremaneira às ideologias geográficas. Dentro desse escopo, no decurso de nossa análise foi possível apreender como a Geografia escolar empreendeu-se enquanto canal de difusão a óptica da identidade pela localização espacial, vulgarizando a perspectiva intraestatal.

O compêndio "*Geografia Humana do Brasil*" dedicado à estudantes do terceiro ano do colegial e elaborado pelo geógrafo Aroldo de Azevedo no contexto da Reforma Curricular Simões Filho de 1951 constituiu-se como objeto da análise proposta neste trabalho. Monopolizando o setor didático durante décadas, os livros do geógrafo marcaram muitas gerações, influenciando no desenvolvimento de uma determinada interpretação do espaço e nacionalidade brasileira.

Entendendo a produção do conhecimento enquanto uma atividade social produzida por sujeitos reais cuja interpretação da realidade está sujeita a aspectos socioculturais e econômicos que deveras influenciam em sua concepção de mundo e, conseqüentemente, na articulação de ideias, noções e conceitos, partimos de uma breve discussão acerca dos aspectos substanciais e conjunturais nos quais a produção dos livros didáticos de Aroldo de Azevedo se inscreveu.

A estruturação desse arcabouço fundamentou o desenvolvimento de um exame direcionado, possibilitando-nos apreender a relação estabelecida entre geografia escolar e perspectiva intraestatal, tendo em perspectiva difundir uma cultura específica de apreensão e interpretação do espaço e nacionalidade brasileira. Contexto de avanço do capitalismo industrial que, dentre outras esferas, reclamou transformações no campo educacional as concepções defendidas pelo autor advogam sobre a imprescindibilidade da expansão capitalista no País. Projeto que se traduz na instrumentalização e desenvolvimento da geografia material do território e garantiria a inserção do Brasil na Modernidade.

Aspecto caro para o autor, e para toda a elite dirigente brasileira, a inscrição do Brasil no conjunto de países entendidos como modernos e civilizados é aspecto premente no livro didático examinado. Utilizando-se do cabedal teórico-ideológico inscrito na geografia francesa, o compêndio de Aroldo de Azevedo fundamenta esse processo. A relação Homem-Meio norteia tanto a organização dos capítulos de *Geografia Humana do Brasil* quanto a apresentação dos temários discutidos, tendo a Região como recorte que subjaz a análise dos temas abordados nos capítulos da obra. Colocando a Natureza como palco das ações humanas, o Brasil é compreendido como uma dada porção do espaço e sua população é posta como instrumento do movimento povoador. Capitanado pelas elites dirigentes a inscrição do Brasil na Modernidade será possível graças ao avanço da técnica e tecnologia que garantirão vencer as dificuldades impostas pelo meio tropical, possibilitando a conformação de uma civilização nos trópicos.

REFERENCIAL TEÓRICO

AZEVEDO, Aroldo. **Geografia Humana do Brasil**. São Paulo: Editora Nacional, 1953.

BISPO, Martha Hemilia da Silva. **Ensino de geografia na reforma curricular de 1951 e os livros didáticos de Aroldo de Azevedo**. 2021.

BRAY, Silvio Carlos. **Os postulados da análise funcionalista na geografia e seus aspectos ideológicos**. Boletim Paulista de Geografia, n. 54, p. 29-40, 1977.

DE CAMPOS, Rui Ribeiro. **A Geografia de Aroldo de Azevedo**. Geografia, p. 53-98, 2000.

CONTI, José Bueno. **Aroldo de Azevedo**. Boletim Paulista de Geografia, n. 50, p. 31-36, 1976.

FABRÍCIO, Deyse Cristina Brito; VITTE, Antonio Carlos. **“Princípios de geografia humana”**, de Paul Vidal de La Blache. Geografia e Pesquisa, v. 9, n. 1, 2015.

LACOSTE, Yves. **A geografia: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. Papyrus, 2005.

LIRA, Larissa Alves de. **A controvérsia da regionalização do Brasil de 1941: Pierre Monbeig e os geógrafos do Conselho Nacional de Geografia**. Revista Brasileira de História da Ciência, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 169-185 jul |dez 2017.

MORAES, A.C.R. **Território e História no Brasil**. São Paulo: Hucitec/Anna Blume, 2002.

_____. **Ideologias Geográficas: espaço, cultura e política no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Annablume Editora, 2005.

_____. **Notas sobre identidade nacional e institucionalização da geografia no Brasil**. Revista Estudos Históricos, v. 4, n. 8, p. 166-176, 1991.

PENHA, Eli Alves et al. **A criação do IBGE no contexto da centralização política do Estado Novo.** (No Title), 1993.

PIZZATO, M. D. **A Geografia no contexto das reformas educacionais brasileiras.** In: Geosul. Florianópolis, v.16, n.32, p 95-137, jul./dez. 2001. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/>. Acesso em: 11 abr. 2023.

RIBEIRO Junior, H. C., & MARTINS, M. do C. (2018). **Reorganização do sistema de ensino em tempos democráticos: reforma curricular de 1951 e o ensino de história.** Revista Brasileira De História Da Educação, 18, e045.

ROMANELLI, O. de O. **História da Educação no Brasil: (1930\1973).** 36 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.